



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

**OS DEBATES ACERCA DA MEMÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO NA  
CONTEMPORANEIDADE:  
o caso da estátua de Manuel Borba Gato em São Paulo**

**THE DEBATES ABOUT MEMORY AND PUBLIC SPACE IN  
CONTEMPORARY:  
the case of the statue of Manuel Borba Gato in São Paulo**

**DEBATOJ PRI MEMORO KAJ PUBLIKA SPACO EN LA  
NUNTEMPECO:  
la okazo pri la statuo de Manuel Borba Gato en San-Paŭlo**

Samuel Braga Rocha de Paiva<sup>38</sup>Delton Mendes Francelino<sup>39</sup>**Resumo**

O presente artigo tem como intuito discutir a figura “mítica do bandeirante” a partir das disputas nos espaços públicos protagonizadas em torno da estátua do Manuel de Borba Gato (1649-1718). Para isso, optamos por explicar os conflitos entre os agentes das bandeiras e os jesuítas durante o período colonial e as apropriações e ressignificações que sua figura sofreu ao longo dos séculos. Esse debate é interessante recurso para processos multidisciplinares de compreensão do espaço público na contemporaneidade. Buscamos destacar o período monárquico e suas políticas em voga marcadas pela matriz indianista que corroborava para a desvalorização do passado dos agentes colonizadores da capitania de São Vicente. Posteriormente, analisamos a intensificação da valorização da imagem dos agentes das bandeiras como personagens históricos centrais na construção da nacionalidade Republicana. Destacamos o papel relevante na fomentação dessas narrativas distintas por parte do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) durante a Monarquia e do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) durante o período Republicano. Visamos também demonstrar como a historiografia mobilizada durante o período republicano corroborou para a construção da memória regional tradicional que ainda persiste nos tempos atuais na capital paulista, inviabilizando o debate público e negando o direito de um espaço coletivo de rememoração mais plural e democrático.

<sup>38</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrando em História na linha de Cultura e identidade pela Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ). E-mail: [samuelclone@hotmail.com](mailto:samuelclone@hotmail.com) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6842-7276>

<sup>39</sup> Graduado em Ciências Biológicas e em Letras/Linguística. Coordenador do Centro de Estudos em Ecologia Urbana e Educação Ambiental Crítica do IF Sudeste, Campus Barbacena. Diretor do Instituto Curupira. Phd ing na UFMG, PPG-ACPS. E-mail: [deltonmusica@gmail.com](mailto:deltonmusica@gmail.com) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2330-1984>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

**Palavras-chave:** Monumento. Memória Coletiva. Historiografia. Regionalismo. Passado.

### Abstract

This article aims to discuss the “mythical figure of the bandeirante” from the disputes in public spaces carried out around the statue of Manuel de Borba Gato (1649-1718). For this, we chose to explain the conflicts between the agents of the flags and the Jesuits during the colonial period and the appropriations and resignifications that their figure suffered over the centuries. This debate is an interesting resource for multidisciplinary processes of understanding the public space in contemporary times. We seek to highlight the monarchic period and its policies in vogue marked by the Indianist matrix that corroborated the devaluation of the past of the colonizing agents of the captaincy of São Vicente. Subsequently, we analyzed the intensification of the valorization of the image of the agents of the flags as central historical characters in the construction of the Republican nationality. We highlight the relevant role in the promotion of these different narratives by the IHGB (Historical and Geographical Institute of Brazil) during the Monarchy and by the IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) during the Republican period. We also aim to demonstrate how the historiography mobilized during the republican period corroborated the construction of the traditional regional memory that still persists in the current times in the capital of São Paulo, making public debate unfeasible and denying the right to a more plural and democratic collective space of remembrance.

**Key-Words:** Monument. Collective Memory. Historiography. Regionalism. Past.

### Resumo

Tiu ĉi artikolo celas diskuti la “mitan” bildon de la “bandejrano”, ekirante el la disputo de publikaj spacoj okazintaj ĉirkaŭ la statuo de Manuel Borba Gato (1649-1718). Tial, ni preferis klarigi la konfliktojn inter la bandeiranoj kaj jezuitoj dum la kolonia periodo, kaj al alproprigoj kaj resignifigoj kiujn lia bildo suferis dum la jarcentoj. Tiu debato estas interesa rimedo uzotaj de multfakaj procezoj por kompreno de la publika spaco dum la nuntempeco. Oni serĉas reliefigi la monarkian periodon kaj ĝiaj tiamaj politikoj, markitaj de la indiĝenisma bazo, kiuj kunlaboris por senvalorigo de la pasinteco, tiu de la koloniigaj agantoj el la kapitanujo de San-Vicente. Poste, oni analizas la intensigon de la valorado de la bildo de la bandejranoj kiel centraj historiaj roluloj por konstruado de la respublikana nacieco. Oni akcentas la reliefan rolon, en la disvastigo de tiuj distingigaj raportoj, de la IHGB (Instituto Historia kaj Geografia de Brazilo) dum la Monarkio kaj de la IHGSP (Instituto Historia Geografia de San-Paŭlo) dum la Respubliko. Oni ankaŭ celas elmontri kiamaniere la historiografion movigita dum la respublika periodo plifortigis la konstruadon de tradicia regiona memoro, kiu ankoraŭ persistas, hodiaŭe, en la san-paŭla ĉefurbo, malpermesante la publikan debaton kaj neante la rajton je kolektiva spaco de rememorado kiu estu pli plurala kaj demokratia.

**Ŝlosilvortoj:** Monumento. Kolektiva Memoro. Historiografio. Regionalismo. Pasinteco.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## 1 - INTRODUÇÃO

Os espaços públicos e as disputas de memória nas localidades urbanas têm ocorrido com frequência em várias regiões do mundo nesse século XXI. Em São Paulo não tem sido diferente em relação à figura fortemente institucionalizada do bandeirante. Vale destacar ainda que é notória a ausência dos setores político – representativos nas discussões relativas às reivindicações provenientes dos mais diversos movimentos e organizações da Sociedade Civil, sobretudo acerca da reformulação dos lugares comuns de convívio múltiplo, como as praças, nas quais se encontram monumentos muitas vezes relacionados à figuras marcantes do processo exploratório e colonizatório; ainda nesse interim, cabe ressaltar também as dificuldades que países emergentes sofrem para viabilizar propostas mais progressistas. Os debates públicos acerca desses lugares de memória encontram-se negligenciados, estigmatizando as ações contra as estátuas bandeirantes como “atentados terroristas”, ou “vandalismo contra o patrimônio público”, desconsiderando como relevante o empenho por parte da coletividade que se sente estigmatizada com a persistente valorização dos monumentos nesses importantes espaços urbanos.

No presente artigo, buscamos apresentar a figura ambígua do bandeirante no contexto colonial e as representações diversas que lhe foram atribuídas ao longo dos séculos. É observável o fato de que, historiograficamente, nas políticas centralistas e indigenistas do Império fomentadas pelo IHGB (1837) (Instituto Histórico Geográfico do Brasil), o bandeirante fora representado como uma figura de pouco destaque na formação do país, sendo colocado como algoz dos jesuítas. Cabe destacar, destarte, que foram os inicianos que tiveram papel de destaque pela historiografia do período monárquico como os “heróis” nacionais e pioneiros do processo civilizatório que o governo Imperial se colocava como continuador (FERRETTI, 2004). Porém, devido a uma série de fatores, passa-se a questionar a vigência do governo Imperial e com a ascensão da República (1889), as práticas federalistas valorizaram a historiografia regionalista principalmente dentro do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo). Essa historiografia da Primeira República, embora reivindique para si um estatuto científico em detrimento do romantismo dos indianistas, mitifica a figura



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

colonial como o grande “herói” nacional e dá ensejo à construção de uma memória cultural (RUSEN, 2009), que persiste até os dias atuais como parte da história dita “tradicional” (CERRI 1996).

## 2 - MONUMENTOS EM CHAMAS E A PERSISTENTE MEMÓRIA BANDEIRANTE NO ESPAÇO PÚBLICO

A estátua em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718), um dos monumentos mais tradicionais e controversos da cidade de São Paulo, foi incendiada no dia 24 de julho de 2021. O grupo social denominado “Revolução Periférica” assumiu a responsabilidade pelo ato de protesto, publicando as imagens do ocorrido nas redes sociais. A obra do escultor Júlio Guerra (1912-2001) conta com 13 metros de altura e levou seis anos para ficar pronta, sendo inaugurada em 1963. Tais monumentos e símbolos ao redor da cidade estão sendo alvos de críticas por determinados grupos muito em função do papel ambivalente dos bandeirantes ao longo da história. Como agentes da colonização no território brasileiro, foram responsáveis pela expansão rumo ao oeste, contribuindo para a formação da atual fronteira nacional e também foram os protagonistas na descoberta das minas no final do século XVI e início do XVII. Por outro lado, os colonizadores da capitania de São Vicente ficaram conhecidos pelas práticas de apresamento, sendo responsáveis pela escravização de milhares de índios e da pilhagem de suas terras.

O substantivo “bandeirante” é derivado do termo “bandeiras”, como ficaram conhecidas as expedições de “desbravamento” dos territórios que hoje conhecemos como Brasil. Não há informações concisas que favoreçam entender a razão pela qual este vocábulo foi escolhido para determinar essa prática exploratória. O que se sabe é que as bandeiras eram **campanhas que adentravam o interior do Brasil** em buscas de metais preciosos e indígenas para serem usados como mão de obra escrava. O termo bandeirante não é um termo da época colonial, sendo cunhado posteriormente, entre o final do século XIX e início do XX; já o termo “bandeiras” aparece em cartas da época, como nos escritos de Antônio Padre Vieira, contemporâneo do período colonial (QUEIROZ, 1988, p.79).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Os monumentos aos bandeirantes atravessam a paisagem urbana como signos instituídos de legitimidade, e até certa medida, reconhecidos como parte da memória e identidade regional mais tradicional. Além da estátua do Borba Gato, há no bairro do Morumbi o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual desde 1965, construída pelos arquitetos Marcello Piacentini e Francisco da Nova Monteiro. No Parque Ibirapuera existe o Monumento às Bandeiras, de Vitor Brecheret, concluído em 1953. Também bastante conhecidas são as estátuas monumentais de Fernão Dias Paes Leme e Antônio Raposo Tavares; também do escultor Luigi Brizzolara no saguão de entrada do Museu do Ipiranga que teve como diretor (1917-1946) Afonso De Taunay, reputado como historiador das bandeiras (ARAÚJO, 2011). As homenagens a esses personagens da história colonial não se encontram circunscritas apenas às estátuas e monumentos, os nomes de importantes bandeirantes estão em estradas principais que percorrem todo o estado como também nas ruas e avenidas espalhadas pelos bairros mais antigos da capital. Pinturas, poemas, prédios, hinos, datas comemorativas, livros didáticos, a simbologia do Estado de São Paulo está fortemente ancorada na imagem “mitificada” de seu passado a respeito desses desbravadores como construtores da nação.

Do passado é possível extrair considerações políticas que se amparam em questões econômicas, demográficas e culturais. As produções acerca do movimento da bandeira, embora tenham sido dotados de um sentido essencialista, mítico que entrelaçam a relação entre um passado genealógico e o presente, são historicamente reconhecidas como narrativas fomentadas pelas elites intelectuais com o apoio do mecenato oligárquico, no final do século XIX e no início do XX, como um discurso de exceção paulista mediante o restante do Brasil que definiu o bandeirante como símbolo central (ABUD, 2019; FERRETTI, 2004; QUEIROZ, 1988; ROIZ, 2013). O revisionismo historiográfico a respeito desse símbolo do passado paulista ocorre desde os anos 80, contudo, somente nos últimos anos é que muitos desses monumentos edificados encontram-se contestados e parte da sociedade civil busca debater as questões relativas ao uso/ pensamento acerca dos espaços de memória Pública em meio as novas demandas de identidades reivindicadas por grupos que se sentem vilipendiados com a permanência desses símbolos entendidos como opressores em relação às suas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

memórias. Esse quadro de revisão histórica não é exclusividade paulista, mas se apresenta como movimento de ressignificação por demandas identitárias em muitos lugares, como no caso da decapitação e demolição de símbolos escravagistas nos Estados Unidos impulsionados por protestos antirracistas.

Para refletir sobre essas disputas sobre o espaço público é preciso reconhecer o papel fundamental da memória na geração de identidades, tanto em nível individual, quanto em nível coletivo. A memória torna o passado vivo e dotado de significado, sendo parte essencial da orientação cultural da vida presente (RUSEN, 2009). Embora as experiências de uma vida sejam singulares, os humanos não são núcleos autônomos moldando suas próprias identidades independente das interrelações com o outro, já que, antes de formarem as representações de sua própria memória, os sujeitos se encontram, em algum grau, imersos numa memória que os socializa, relacionando sua coesão individual aos seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo (CANDAU, 2012). Contudo, é importante não se esquecer que essa recepção não ocorre passivamente, ela é um adquirido que a subjetividade permanentemente renegocia. Essa renegociação realiza-se a partir da comunicabilidade das recordações que é sempre um ato relacional (RICOEUR, 2007); esse compartilhamento das significações transcorre nos mais variados níveis e formas sobre o passado.

Entre as lembranças individuais e as instituições sociais que corroboram para determinadas formas de rememoração, Rösen propõe pensar a memória em três níveis: o primeiro nível seria a da memória comunicativa, responsável por fazer a mediação entre a autocompreensão e as experiências temporais; trata-se da intermediação de diferentes gerações que se relacionam com experiências e sentidos distintos. A memória comunicativa permite haver um lugar de troca cultural com limites tênues e agentes dinâmicos, que modela a si mesmo de um modo específico, favorecendo aos membros da comunidade sentirem-se pertencentes e ainda serem diferentes na intersubjetividade sobre à experiência do passado. No momento em que há um grau maior de seletividade do passado representado, a memória comunicativa torna-se memória coletiva. Nesse segundo nível, os agentes engajados com o simbólico da memória coletiva adquirem um potente sentimento de pertencimento em um mundo sujeito a mudanças, consolidando



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

um importante elemento de estabilidade para uma ampla variedade de unidades sociais, tais como partidos, movimentos sociais, escolas de pensamento no campo acadêmico, interesses de grupo, dentre outros (RUSEN, 2009).

Ao longo do tempo essa estabilidade pode tornar-se memória cultural, que representa o núcleo da identidade histórica. Nesse terceiro nível a memória é a matéria para rituais e atuações altamente institucionalizadas. Ela tem o seu próprio meio e um lugar fixo na vida cultural de um grupo. A memória cultural representa o sistema político como uma estrutura coesa, bem como sua permanência no fluxo temporal dos eventos políticos institucionalizados com patamares correlacionados de permanência e resistência à mudança. Toda memória histórica está sujeita a mudanças no decorrer do tempo, contudo, se a memória comunicativa é dinâmica e se apresenta flexível às diversas mudanças nas relações intersubjetivas, a memória coletiva marca o início dos processos de pertencimento e permanência institucional ou organizacional, enquanto a memória cultural apresenta raízes profundas em relação ao seu caráter institucional social e político, com forte laços de pertencimento e conservação (RUSEN, 2009).

Esses três níveis de memória não se sobrepõem; eles fazem parte do tecido vivo que constitui as relações das sociedades com a experiência do tempo. Para pensarmos as formações dos símbolos instituídos do passado paulista que se materializam através de monumentos e as novas demandas representacionais que emergem na atualidade, o historiador Fernando Catroga (CATROGA, 2012) explica que um monumento é símbolo que intenciona, autentica e fixa a recordação através da espacialização da experiência. Esse espaço rememorado implica cortes na homogeneidade do tempo, tornando-se “lugares de memória” (NORA, 1993, p.21). Para o autor português a memória temporaliza o território, demarcando fronteiras que atuam como significantes (dotados de sentido). A autoridade do patrimônio torna-se vigente ao passar da recordação vivida para a comemoração institucionalizada, domínio da repetição em que a memória pública aparece integrada num ordenamento do tempo comandado pelas políticas da memória.

Todavia, é interessante postular que essa institucionalização do passado não se apresenta de forma estática e perpétua, isso porque essa memória espacial não comporta



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

todas as experiências, em seu padrão. As políticas de “memória coletiva” operam a partir de escolhas organizando o passado, como se os símbolos instituídos de sentido constituíssem enredos acabados e coerentes. A ambivalência que configura a memória individual transfere-se para as espacializações da experiência pois ao mesmo tempo que a memória é lacunar, ela busca se afirmar enquanto urdidura coesa (CATROGA, 2012). O que os monumentos na capital paulista não evidenciam ao representarem o bandeirante como protagonista histórico da expansão e colonização por todo território brasileiro a partir da coragem e iniciativa dos antigos paulistanos é que as ações e práticas desses agentes sociais foram alvos de variadas críticas durante o século XVII (SOUZA, 2000). Portanto, longe de ser uma representação integrada e dotada de sentido unívoco sobre o passado, os bandeirantes foram figuras contempladas por diversos sentidos em um emaranhado de representações sociais e culturais ao longo dos séculos antes de se consolidarem como símbolo “heroico” da história colonial brasileira fomentada no auge da cafeicultura paulista e da ascensão política das elites rurais durante a Primeira República.

Destarte, tal discussão, acerca dos manifestos contemporâneos sobre essa “figura” emblemática da nossa história, pode revelar diversos aspectos no âmbito das Urbanidades e da própria noção de Sustentabilidade Cultural: a sociedade tem se tornado cada vez mais crítica e com maior fluidez de construção e chegada de informações. O fenômeno mundial de “derrubada” de monumentos, estátuas, ou mesmo pichações, dentre outros, é compreendido, por nós, como um fenômeno contemporâneo e repleto de significados, principalmente nas reivindicações acerca do passado que interferem substancialmente nas maneiras como as sociedades constroem suas identidades, assim contribuindo para diretrizes gerais dos usos de sentido e reconhecimento que estão atrelados ao conhecimento histórico e suas manifestações espaciais.

### **3 - OS BANDEIRANTES DURANTE O PERÍODO COLONIAL E O INDIANISMO MONÁRQUICO**





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Os pioneiros das bandeiras nas colônias portuguesas nunca foram uma coletividade arquivística que salvaguardasse informações a respeito do seu modo de vida, sobre suas práticas e sobre sua história. Boa parte do corpo documental a respeito desses desbravadores advém de documentos oficiais da Coroa ou crônicas produzidas pelos jesuítas letrados. A documentação luso-brasileira deste período possui abundância de exemplaridade da ambivalência a respeito das bandeiras, algumas considerações benevolentes e, com maior constância, relatos hostis aos antigos paulistas, em resumo, adjetivando suas práticas de vida à condição de semicivilizados, mais próximos dos moradores nativos da colônia que dos habitantes das outras províncias. As organizações jesuíticas não escondem sua posição nos conflitos sociais em disputa que ocorriam durante seus relatos a respeito das ações e campanhas dos colonos de São Vicente. A imagem conhecida negativamente como a “legenda negra” do bandeirantismo, contou com religiosos como Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652) e Francisco Jarque (1609-1691), para descrever os horrores dos ataques bandeirantes às organizações missionárias, surgindo essa literatura indignada com forte teor de condenação moral aos crimes praticados.

A expulsão dos padres jesuítas pelos moradores de São Paulo, em 1640, deu notoriedade à má fama que os seguiram, considerados rebeldes indômitos, violentos, pouco respeitosos da sua condição de cristãos e súditos. Os paulistas também atuaram na repressão aos negros aquilombados nos Palmares: a infâmia que seguia os primeiros sertanistas tinha como contraparte a extraordinária fama de guerreiros. Além da referência à caça aos indígenas, que indispos os moradores do planalto com os jesuítas, a documentação indica a avidez com que os paulistas buscavam honrarias, cargos e mercês, na predisposição em serem fieis à Coroa somente mediante recompensa estabelecida. Os atores das bandeiras aceitavam trabalhos militares em troca de indígenas escravizados ou na doação de terras nas regiões que eram concedidas na forma de sesmarias, distinções militares, ou outros tipos de vantagens (SCHNEIDER, 2016).

A construção da imagem negativa dos paulistas continuou forte no século XVIII. Os ataques mais ferozes foram perpetrados pelo jesuíta francês Pierre-François-Xavier



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Charlevoix (1682-1761) e pelo beneditino francês José Vaissette (1685-1756). Contudo, Charlevoix e Vaissette não foram responsáveis por adicionar novas interpretações sobre os bandeirantes; suas principais observações seguiram a mesma tônica das produções jesuítas do século XVII. A novidade está no espaço de disputa de representação sobre a bandeira, pois é aqui que surge a “legenda dourada”, após a descoberta das Minas, autores paulistas como Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) ou mineiros como Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), destacaram aspectos distintos dos que se encontravam nos relatos jesuíticos: ascendência fidalga, a fidelidade ao rei, as habilidades de adentrar em terras hostis, criando caminhos que viabilizavam as novas estruturas coloniais para além do litoral alargando os domínios portugueses. Os bandeirantes também se destacavam por submeterem índios bravos e quilombolas, sendo agentes importantes para a imposição, ordenação e introdução do ideário de civilidade ainda que pelo uso da força. Nesse âmbito, uma questão surge: por que essa preocupação em fomentar um sentido ao passado bandeirante com uma perspectiva positiva ocorreu tardiamente?

Para Katia Abud (ABUD, 2019), no primeiro contexto das bandeiras, nas quais se desenrolaram as práticas de apresamento e os conflitos contra os Jesuítas, não havia a necessidade de justificar o direito sobre as suas formas de subsistência. Ainda que as práticas dos desbravadores paulistanos fossem condenáveis moralmente por boa parte da documentação da época, as ações indômitas em busca da escravização indígena não estavam em disputa, sendo garantido o monopólio dessa prática. Os jesuítas que durante os primeiros séculos de colonização empreendiam a doutrinação do nativo, e foram delineados ao longo da história como algozes dos agentes bandeirantes, não representavam uma ameaça direta às práticas espoliativas de pilhagem e escravização praticada pelos colonizadores de São Vicente. Já no contexto do século XVIII, com a descoberta das minas, afloraram-se disputas entre os bandeirantes e os reinóis que vinham de Portugal motivados pelo enriquecimento através das cobiçadas riquezas minerais dos territórios coloniais. Os “descobridores” se julgavam no direito de explorar as minas de ouro e pedras preciosas em detrimento dos súditos do além-mar que nada fizeram para possibilitar tal feito. Se o espaço de disputa favoreceu os reinóis que,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

donos de maiores recursos, puderam colocar a seu serviço maior número de escravos e assim conseguir maiores riquezas que os paulistas, a descoberta das minas fez surgir a documentação e escritos no sentido de justificar o direito dos que se julgavam os legítimos detentores da autoridade de explorar as riquezas minerais.

A partir da segunda metade do século XVIII houve a renovação econômica de São Paulo, algo que coincidiu com o declínio da produção aurífera, tornando-a polo de atração para aqueles que abandonavam os propósitos de enriquecimento nas regiões das minas. Os novos moradores que buscavam se fixar na região através de atividades mercantis representavam ameaças para os paulistas descendentes das antigas famílias originárias do território. Pedro Tasques e Frei Gaspar, que escreveram durante esse período, defenderam os interesses dos grupos aos quais faziam parte, ressaltando as ascendências ilustres dos antigos habitantes do território paulista e reforçando a imagem de desbravadores indômitos e conquistadores dos antigos bandeirantes (ABUD, 2019).

Durante o século XIX a província de São Paulo era acentuadamente dependente da Corte e dos valores culturais produzidos na capital do Império. A criação, em 1838, do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) na Corte refletia esse movimento de centralização, tanto no nível político, quanto no âmbito cultural. A cidade do Rio de Janeiro assumiu centralidade desde a vinda de Dom Joao VI (1808) e intensificou-se com a independência do Brasil (1822). Esse movimento de concentração visava atenuar a força regionalista presente nas diversas províncias. Houve oscilações durante o período Regencial, contudo, a ascensão ao trono de Pedro II viabilizava certa estabilização do cenário e intensificava os projetos para uma identidade mais unitária e coesa em relação a todo o território. Entre as práticas dos agentes do Instituto estaria o projeto de elaboração de uma história oficial, que transcendesse a tendência do período colonial de produções historiográficas provinciais. O IHGB era composto em sua maioria por grupos de agentes públicos ilustrados, que se alinhavam com o projeto centralizador em voga. Como aponta Manuel Salgado Guimarães (GUIMARAES, 1988), há um movimento dentro do IHGB na estruturação da história nacional como continuidade do passado colonial, na medida que o Império é herdeiro do “processo civilizatório europeu” no ambiente incivilizado americano. Os membros do Instituto



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

procuravam recuperar e valorizar, ainda que não de forma homogênea, a tradição cristianizadora dos Inacianos. O Jesuíta, e não o colono, era, assim, o que mais próximo chegava de um herói civilizador da história brasileira, a despeito de toda a hesitação existente em torno de sua figura. (FERRETTI, 2004)

Danilo Ferretti denominou “historiografia indianista” a visão majoritária no interior do IHGB, que ao inquirir sobre o passado colonial representava uma contraposição entre colonos e jesuítas (FERRETTI, 2004, p.69). Os historiadores paulistas durante o período monárquico estavam, em grande medida, em sintonia com o indianismo praticado pelo IHGB, recusando certa louvação direta e irrestrita ao personagem bandeirante como agente histórico da formação nacional. De acordo com o autor, a historiografia indianista era caracterizada pela ambição de sustentar um discurso de identidade nacional brasileira distinta da portuguesa, ao mesmo tempo que visava ratificar a política indigenista colocada em prática durante o contexto, tais meios visavam construir e consolidar um ideário de Nação coesa e livre das ameaças de levantes insurrecionais por parte dos escravos, no qual o indígena era o potencial redentor das futuras necessidades por mão de obra (FERRETTI, 2004).

#### **4 - ASCENÇÃO DO REPUBLICANISMO FEDERALISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO MITO BANDEIRANTE**

A partir da década de 1870 uma série de transformações resignificaram os projetos do ideário de nação calcados na matriz indianista. Neste contexto, novos intelectuais com origens sociais diversas se posicionaram criticamente e participaram ativamente de movimentos políticos de contestação à ordem saquarema. Esses novos agentes emergentes entrariam em confronto com os intelectuais monárquicos que entre anos 1870 e 1880 ainda ocupavam os principais e mais cobiçados cargos das principais instituições culturais imperiais. Os novos eruditos que se encontravam alijados dos mais proeminentes centros irradiadores de prestígio social no âmbito cultural reestruturaram uma série de paradigmas vigentes a respeito dos projetos nacionais. No terreno político, apoiava-se o arrefecimento da centralização por parte do Estado Monárquico através do federalismo que garantiria maior autonomia as províncias e, para alguns grupos mais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

radicais, o fim do Império e a implementação da República. No que tange o cultural, as novas correntes científicas, como o darwinismo social, o evolucionismo e o determinismo geográfico, elaboradas originalmente na Europa imperialista de finais do século XIX e que Sílvio Romero chamou de “bando de idéias novas”, serviram como arcabouço crítico aos intelectuais indianistas (ALONSO, 2000).

Transformações significativas também ocorriam no espectro econômico. Durante a primeira metade do século XIX o Vale do Paraíba era uma das principais áreas econômicas do Império devido à riqueza rural através das monoculturas cafeeiras, emergindo, assim, a figura dos barões do café. A queda da produtividade das fazendas cafeeiras no Vale do Paraíba a partir da segunda metade do século XIX acompanhou paralelamente a elevação da produção na região do Oeste Paulista, as novas regiões de plantio desenvolveram-se rapidamente tornando-se áreas econômicas mais dinâmicas e o principal polo exportador do Brasil. Se a hegemonia economicista foi alcançada nas últimas duas décadas do Império, a posição política continuou secundarizada, provocando profundos ressentimentos nos paulistas que se sentiam prejudicados pela excessiva centralização. Por esse motivo, a ideia de Federação encontrou numerosos adeptos entre os membros da elite agrária paulista, sendo a principal bandeira do Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. O projeto federalista apontava para as clivagens econômicas entre as regiões do Brasil e os anseios de políticas que viabilizassem os projetos e interesses das elites paulistas, nesse contexto fortalecia a ideia de São Paulo como “locomotiva que puxa vinte dois vagões” (ABUD, 2019, p.117).

A historiografia sobre o passado colonial paulistano, esboçada pelos republicanos nesse período, também estava em íntima relação com a imagem do paulista em separação às outras regiões do Brasil, em que o passado paulista estava arraigado numa imagem do símbolo maior dessa exceção. O bandeirante aparecia como um agente dinâmico e livre, oposto às práticas centralizadoras da Coroa portuguesa durante o período colonial. Esta representação era parte constitutiva da nova identidade que a elite paulista fazia de si. De certa forma, os republicanos reproduziram para o passado as imagens que engendraram do paulista moderno e do projeto de paulista



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

futuro. A partir do presente, “mitificavam” o passado bandeirante criando uma “tradição paulista” e esta “paulistanidade” era marcada por se colocar em posição de exceção ao restante do Brasil, reivindicando para a elite agrária herdeira dos antigos bandeirantes, o direito de atuar de forma mais preponderante nas diretrizes políticas vigentes da época (FERRETTI 2004).

Após a Proclamação da República (1899) os estudos sobre o passado paulista foram aglutinados em volta do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo), fundado em 1894. Diferentemente do IHGB, o Instituto paulista não seria marcado pelo sentido político centralizador e monárquico. De maneira oposta, o IHGSP se colocou em sintonia e apoio ao novo governo republicano e voltava-se para a consolidação do discurso identitário regional, discurso que vinha ganhando força desde de 1870, demonstrando como objetivo construir um sentido de legitimidade da ordem descentralizada e federalista. O IHGSP não era o único, uma vez que outros institutos históricos regionais surgiram no período republicano. Nas três primeiras décadas do regime Republicano foram marcadas pela criação da maioria desses institutos regionais, expondo um processo de intensa federalização da produção do discurso histórico, assim como nas políticas públicas. Porém, poucos institutos foram tão enfáticos na oposição à matriz histórica empreendida pelo IHGB e, diferentemente de outros, o Instituto de São Paulo desfrutou de investimentos maciços devido a pujança econômica que a província vivia (FERREIRA, 2002) (SCHWARCZ, 1993).

Na prática, o IHGSP acabou por institucionalizar as antigas representações do passado paulista, que eram lançadas como ferramentas contestatórias as políticas Império. No imaginário coletivo paulista nas primeiras décadas do século XX, projetava-se para o bandeirante o papel de agente colonizador com predisposições republicanas, insubmisso a Coroa portuguesa, adaptado a um espaço geográfico hostil, em oposição a um Norte opulento, que desfrutava de condições naturais e geográficas vantajosas frente as dificuldades do colono da capitania de São Vicente. Outra condição que demonstra a clivagem entre o Norte e o Sul é a opulência das colônias mais próximas a metrópole, por essa menor dificuldade geográfica acabavam por sofrer mais com a autoridade da Coroa. A presença da metrópole sobre a região açucareira fincou



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

raízes em relação as práticas e vícios transplantados da sociedade aristocrática portuguesa, enquanto o Sul e, principalmente, a capitania de São Vicente, foram formadas a partir do distanciamento geográfico. Esse meio hostil foi o lugar propício para conferir características específicas para este agente indômito, empreendedor e progressista, com práticas mais próximas ao Republicanismo e a democracia. Como se vê, essas visões do passado vigentes construídas pelo IHGSP buscavam se legitimar, através da cientificidade em voga na época, o determinismo geográfico, a antropogeografia, o racionalismo científico, o Darwinismo social, o Spencerismo social e a hereditariedade psicológica. (ABUD, 2019, FERREIRA, 2002, FERRETTI 2004).

De 1894 a 1940 o IHGSP ajudou a consolidar os alicerces da historiografia regional paulista. Embora, houve divergências e posições antagônicas entre os autores dentro do instituto, no geral, o bandeirante, que em outro momento fora desprezado pela historiografia indianista, viria a se tornar figura histórica central da produção do Instituto paulista e símbolo maior dos atributos da identidade que a elite regional fazia de si, como exemplo de modernização e progresso. No interior do Instituto Paulista as bandeiras alcançaram e consolidaram o seu processo de reabilitação histórica, iniciado pela dupla fonte da historiografia, passando de anti-herói nacional, ao posto de herói e agente civilizador dos intransponíveis sertões brasileiros e construtor das fronteiras nacionais.

A elite agrária paulistana durante o período da Primeira Republica apresentou dissidências e insatisfações, como na formação do Partido Democrático (PD), em 1926, colocando-se como opositora ao Partido Republicano Paulista (PRP) (FERRETTI, 2004). Diversos fatores levaram a uma crise institucional que colocaria fim ao período de estabilidade federativa da Primeira República com o golpe de 1930 encabeçado por Getúlio Vargas, corroborado por forças políticas oposicionistas (FAUSTO, 1997). É inegável a consolidação do mito bandeirante no imaginário coletivo da época e o seu uso e mobilização para instigar laços de pertencimento e homogeneidade entre os habitantes da região durante o conflito constitucionalista de 1932 (SANTOS; MOTA, 2010). Fernando Cerri aponta que após o movimento de 1932, principalmente após o fim do Governo Vargas (1945), ocorre a coexistência entre uma “história oficial” de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

cunho nacional e uma “história tradicional” regional em que vários aportes memorialísticos são viabilizados, desde manuais pedagógicos voltados para a escola como a instituição de datas comemorativas e o levantamento de monumentos (CERRI, 1996, p.7-19).

O que fica evidente é que a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais e coletivos). Como aponta Fernando Catroga (2012), a modernidade acentuou essas características. Os poderes sociais e políticos impulsionam as potencialidades latentes do passado para atuarem como forças de transformações no presente. A reinterpretação histórica mobiliza ações para ressignificar as estruturas políticas e esses movimentos se tornaram mais perceptíveis com a consolidação dos Estados Nação. O desenvolvimento da historiografia corroborou em algumas práticas que possibilitou a remodelação da memória coletiva como memória histórica. Este trabalho passará a ser sinônimo do que virá a designar-se por memória nacional e no caso aqui específico estudado, memória regional (CATROGA, 2012). A historiografia de forma geral, vale-se do enorme contingente de produção memorial e constrói sentidos legitimados pelas instituições de credibilidade vigentes. De alguma forma ela não deixa de ser posta a serviço das questões políticas e sociais de seu contexto. E se, em certo sentido, a historiografia é “filha da memória” (VEYNE, 1978), o inverso também ocorre; esta acaba por ser socializada (e reescrita) pelo modo como a historiografia atua, alcança certo público e estabelece validade para suas interpretações.

Buscar entender os fatos ocorridos na contemporaneidade como disputas de memória e reivindicações pelo espaço público é alicerçar a perspectiva notória de discutibilidade acerca dos agenciamentos que marcam os territórios como espaços de existência e que representam interpretações diversas. Na atualidade, as problematizações advindas dos séculos de espoliação humana existente no que hoje é o Brasil, faz parte do cotidiano, nos mais diversos âmbitos, desde as escolas formais e outras instituições governamentais, até organizações sociais alternativamente





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estabelecidas, válidas e que colocam em debate e ressignificam muitos elementos da estrutura social que, até pouquíssimo tempo, seriam inquestionáveis. Esta pesquisa é, portanto, também um estudo sobre democracia e história do próprio povo brasileiro que, em toda sua amplitude, precisa, de fato, sempre manifestar-se e valorizar as diferenças no rol da liberdade de expressão.

## 5 – ASPECTOS CONCLUSIVOS

Tentamos demonstrar ao longo do texto o papel ambivalente da figura bandeirante durante o período colonial e as representações bastante distintas que lhe foram apresentadas ao longo dos séculos. O intuito foi relativizar a figura coesa e dotada de sentido definitivo que os monumentos muitas vezes apresentam, e que negam o direito do presente de interrogar acerca do passado em busca de representações mais plurais e democráticas. A persistência desses monumentos ainda no século XXI e a posição conservadora que estigmatiza as ações contra as estatuas bandeirantes como “crimes ao patrimônio público” ou “ações terroristas” acaba por negar o direito de ressignificações e reorganizações do espaço público urbano da capital paulista.

Fica evidente em alguns momentos que a posição de grupos conservadores acerca da “sacralização” de monumentos pode ser relativizada dependendo do contexto. Um exemplo é a obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1996, em homenagem aos trabalhadores rurais mortos no conflito de terras em Eldorado dos Carajás, Pará (também em 1996). Logo após sua inauguração em agosto do mesmo ano, o monumento recebeu ameaças de grupos conservadores na região e, em setembro, a obra foi destruída e nunca mais reerguida. Não ocorreu, nesse caso, os reparos desse monumento (pelos envolvidos) como ocorreu com a estátua do Borba Gato após os eventos mencionados.

Logo, se queremos viabilizar de fato uma sociedade mais democrática e plural, é preciso dessacralizar determinados monumentos que escancaram uma posição etnocêntrica (RUSEN, 2009) que nega o espaço público do outro a partir de figuras históricas que vilipendiam as memórias de grupos recorrentemente estigmatizados no país. O passado, ou melhor, a representação erigida desse passado, não deve asfixiar o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

presente, impedindo de encontrar novos caminhos de reconhecimento na coletividade. Dentro das discussões acerca do viés social e cultural das manifestações dos usos do passado, as sociedades de maneira geral manifestam novas demandas, que colocam em xeque as representações sociais que, estruturalmente postas ao longo de séculos, prejudicam a mudança de hábitos, comportamentos, enfim, culturas que levem em consideração o forte passado espoliativo que tivemos e que possam alçar para o futuro perspectivas de equidade que levem em conta também a memória e a história. Monumentos são muito mais que obras concretadas e “sem vida”; representam muito do ideário e *práxis* de um povo e, por isso, o olhar multifacetado para os fenômenos debatidos neste artigo é mais que importante: é basilar para o estabelecimento de sociedades de futuro, equitativas e justas.

## 6 – REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. Editora da Universidade Federal de Mato Grosso EdUFMT. Mato Grosso. 2019.

ALONSO, Ângela Maria. **Idéias em movimento: a geração 70 e a crise do Brasil Império**. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

ARAUJO, Karina Anhenzini de. **Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. Editora Unesp. São Paulo. 2011. Disponível em: [http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/tese\\_karina\\_anhezini.pdf](http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/tese_karina_anhezini.pdf) Acesso em: 18 novembro 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Editora Contexto. São Paulo. 2012.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2012.

CERRI, Luis Fernando. **Non, Ducor, Duco: A Ideologia da Paulistanidade e a Escola**. Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 1996.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30**. Companhia das Letras. São Paulo. 1997.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica. (1870-1940)**. Editora UNESP. São Paulo. 2002.

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da Paulistanidade. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. **Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, FGV, Número 1, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 18 novembro 2021.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. História de São Paulo. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 18 novembro 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário**. Revista USP. São Paulo. 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601/27343> Acesso em: 18 novembro 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Editora Unicamp. São Paulo. Tradução 2007.

ROIZ, Diogo Silva. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sergio Buarque de Holanda (1929-1959). Curitiba/Paraná. Tese de Doutorado do Setor de Ciências Humanas e Letras e Artes pela UFPR. Paraná. 2013.

RUSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado**: questões relevantes de meta-história. Artigo da revista. História da historiografia. Número 02. Março. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>. Acesso em: 18 novembro 2021.

SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA André. **São Paulo 1932. Memória, mito e identidade**. Editora Alameda, São Paulo. 2010.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Os paulistas e os outros**: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. Artigo publicado. Projeto História, São Paulo. n.57. set-dez. 2016. Disponível em:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30071/21399>. Acesso em: 18 novembro 2021.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Cia. das Letras; 1993

SOUZA, Laura de Melo. **Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea.** Artigo da revista de História. 142-143, 261-276. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18902/20965>. Acesso em: 18 novembro 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história.** UNB. Brasília. 1978. Disponível em: [https://www.academia.edu/6737612/Como\\_se\\_Escreve\\_a\\_Historia\\_Paul\\_Veyne](https://www.academia.edu/6737612/Como_se_Escreve_a_Historia_Paul_Veyne) Acesso em: 18 novembro 2021.

Recebido em: 15/05/2022

Aprovado em: 14/06/2022

Publicado em: 08/08/2022